

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-05-30

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Sousa, J. C., Carvalheiro, J. & Portovedo, S. (2015). O quotidiano tecnologizado: Gerindo situações entre o público e privado. In José Ricardo Carvalheiro (Ed.), *Público e privado nas comunicações móveis*. (pp. 201-227). Coimbra: Minerva.

Further information on publisher's website:

<https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?1949232>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Sousa, J. C., Carvalheiro, J. & Portovedo, S. (2015). O quotidiano tecnologizado: Gerindo situações entre o público e privado. In José Ricardo Carvalheiro (Ed.), *Público e privado nas comunicações móveis*. (pp. 201-227). Coimbra: Minerva.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

O QUOTIDIANO TECNOLOGIZADO: GERINDO SITUAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

José Ricardo Carvalho

Sara Portovedo

João Sousa

A partir do pensamento de autores como Hannah Arendt, Richard Sennett e Jurgen Habermas, apresentamos uma distinção entre público e privado no que ela pode ter de mais pertinente para a análise das interações quotidianas em espaços comuns, aspeto que depois abordamos com o apoio fundamental de Erving Goffman e de algumas atualizações teóricas da sua abordagem que têm em conta a introdução de tecnologias de mediação comunicativa, designadamente Joshua Meyrowitz (1986) no que respeita aos media eletrónicos, e Ling (2008), Humphreys (2005) e Lasen (2005) no que concerne aos dispositivos móveis e meios digitais. Teremos em atenção que as sociedades contemporâneas são palco de reconfigurações das esferas de vida públicas e privadas.

É conscientemente que convocamos autores para quem a noção de público e a sua dicotomia com o privado não têm o mesmo significado. Como é sublinhado por Weintraub e Kumar (1997) na sua recensão às abordagens desta dicotomia, há pelo menos quatro grandes perspetivas em causa. Aqui, cabe apenas notar que Arendt e Habermas se situam dentro da “perspetiva cívica” (que concebe o público como uma comunidade política e um espaço discursivo de cidadãos), ao passo que Sennett se coloca dentro de uma conceção de público enquanto campo de sociabilidades (cujo tipo é distinto do que se passa nos espaços privados). A razão por que recorremos a esta dupla base teórica é simplesmente por nenhuma delas, por si só, ser suficiente para dar conta do fenómeno multifacetado que constitui o uso de dispositivos móveis do ponto de vista da dicotomia público-privado. Esse uso tem implicações tanto nas sociabilidades quanto nas esferas discursivas, e os dois níveis cruzam-se entre si. De qualquer modo, o nosso enfoque principal pende para uma abordagem das sociabilidades em espaço público, mais próximo, portanto, de Richard Sennett e explorável pela via das observações de inspiração interacionista fundadas por Goffman.

Tomamos, assim, em consideração sobretudo o espaço público enquanto local de visibilidade e de encontro entre indivíduos, ou seja, ao mesmo tempo um espaço de sociabilidade e de co-presença. E é nesta linha que tentamos compreender o modo como a materialidade do espaço público e o uso de dispositivos móveis (telemóveis,

smartphones, tablets). Pretendemos, assim, estabelecer uma relação espaço público/indivíduo a fim de perceber a apropriação desse espaço pelos atores que fazem uso de dispositivos móveis. Haverá um comprometimento da privacidade nestas circunstâncias? Ou há um desgaste do espaço de sociabilidade pública e de algumas dimensões da própria esfera pública?

As dilemáticas questões das fronteiras entre as duas esferas, as suas aceções, os seus limites e reconfigurações, têm sido de tal forma notadas que pode impelir uma observação associada aos usos dos dispositivos móveis em espaços comuns a contornar o habitual contencioso entre o que é público e o que é privado, visto como uma dicotomia do tipo ‘ou/ou’, para em seu lugar adotar noções de hibridez do tipo ‘não só/mas também’ (Chadwick, 2013). Mas, se for o caso, significa isso que algumas dessas situações são simultaneamente públicas e privadas? Ou supõe a identificação de novas categorias, elas próprias híbridas ao serem constituídas por elementos de cada um dos polos?

Com vista à operacionalização desta problemática, realizámos um trabalho de observação etnográfica durante cinco semanas em dois espaços públicos da Covilhã: um centro comercial de grande dimensão e um bar universitário. Foram realizadas 29 incursões no terreno em períodos do dia diferentes, de manhã, à tarde e à noite, em Julho e em Setembro de 2014. Com a adoção desta abordagem metodológica de carácter qualitativo, pretendemos apreender as dinâmicas que estes espaços imprimem na temporalidade quotidiana. Desta forma procuramos acesso às estratégias dos agentes sociais num contexto de negociação do que estes percebem como público e privado. Neste texto abordaremos apenas o caso empírico do centro comercial.

1. Uma abordagem teórica da sociabilidade pública e privada

Os conceitos de público e de privado têm vindo a sofrer alterações em paralelo com as mudanças sociais. Como ponto de partida, recorreremos a três autores ‘clássicos’: Arendt, Sennett e Habermas. Os três analisam o conceito de público, mencionando a diferença para o privado. À sua maneira, apresentam a sua conceção de público de acordo com diferentes momentos da história e enfatizam o seu enfraquecimento nas sociedades contemporâneas.

1.1.A esfera do público

Começando por Hannah Arendt (2007), a autora baseia-se na Antiguidade clássica para afirmar que o público está diretamente relacionado com o político. O público pode

ver e ouvir, ser visto e ouvido. Desse modo, a autora diz-nos que a primeira distinção a fazer entre público e o privado está relacionada com a visibilidade.

Segundo Arendt, a realidade só se constrói na esfera pública, porque é ela que permite que nos apresentemos sob perspectivas variadas e que, assim, possamos construir a realidade. É-nos oferecida, assim, uma conceção de público em relação com a visibilidade, a pluralidade e a sociabilidade. Tanto a esfera pública como a esfera privada precisam de lugares para se realizar. O público encontra o seu lugar no espaço público, que não é a esfera pública, mas que nela está contido e que é o terreno organizado de forma a abrigar a vida pública; é o local que possibilita o encontro, o debate, a convivência; onde se pode ver e ser visto e, portanto, onde a política e a vida social se podem realizar libertas das necessidades comezinhas da sobrevivência e da reprodução, asseguradas pela esfera privada nos espaços domésticos.

Neste texto tomamos precisamente como objeto empírico locais de encontro, espaços comuns e abertos, em alguns aspetos semelhantes, portanto, aos que classicamente proporcionavam a existência do público, plural, sociável, que vê e é visto.

Mas Arendt (2007) ofereceu também uma visão acerca do declínio do público e da emergência do que ela chama “o social”, realçando aquilo que é a nova condição humana. No social os indivíduos ocupam-se quase exclusivamente de si mesmos, as suas relações encerram-se no âmbito privado, sendo os laços constituídos na ausência do “mundo” – o mundo é o espaço intermédio que está entre as pessoas e é preenchido pela palavra no espaço público. A autora faz o seu diagnóstico: a esfera social está a deteriorar a individualidade, gerando um conformismo não discursivo. Na sua perspectiva “os homens tornaram-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles.

São todos prisioneiros da subjectividade da sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva” (idem: 67 e 68).

Jurgen Habermas, que traça a genealogia histórica da esfera pública burguesa, tem uma conceção metatópica desta esfera, enquanto espaço comunicativo em que indivíduos privados se congregam para discutir os assuntos públicos, numa relação crítica com o poder político. Como esfera comunicativa onde fi guram os *media*, a esfera pública não deixa, porém, de incluir determinados espaços físicos, entre os quais se destacaram historicamente lugares como os cafés das metrópoles europeias. Aí o carácter de público,

tal como ideal-tipicamente retratado por Habermas, implica a suspensão temporária do estatuto social de cada um e não trazer à discussão circunstâncias pessoais, em prol da argumentação numa base de igualdade de condições. A conhecida tese de Habermas acerca da transformação posterior desta esfera pública, no sentido da sua “refeudalização” por interesses privados, tem sobretudo a ver com mudanças no espaço mediático no sentido da sua mercadorização e com um esbatimento da discussão crítica que o autor aí identifica contemporaneamente.

Dos três autores clássicos que aqui convocamos, pensamos ser Richard Sennett aquele que mais pode contribuir para uma análise atual dos espaços físicos em que o público e o privado se apresentam, tendo também a virtude de entrar em ‘diálogo’ crítico com Erving Goffman, o mais detalhado dos teóricos sociais que se dedicaram à observação das interações em público e cujas obras têm servido de base a posteriores análises dos cenários em que entram as comunicações móveis.

1.2. Sennett e o declínio do ator público

Sennett aborda a questão da visibilidade, mas de um modo distinto, não a considerando, por si só, um apanágio do público e apontando mesmo como morte do espaço público as circunstâncias em que a visibilidade e o isolamento se fundem. As fachadas dos prédios envidraçados que tornam os atores sociais visíveis mas hermeticamente fechados, são, para Sennett, expressões arquitetónicas dessa fusão paradoxal entre o visível e o isolado, assim como o são também os simulacros de praça pública construídos no interior dos grandes edifícios de serviços das cidades contemporâneas, que não desempenham, segundo o sociólogo norte-americano, a função de “espaço público vivo”, que é de pôr em interação pessoas e atividades diversas (Sennett, 1992: 12-14).

Mas a grande razão pela qual Richard Sennett identifica um declínio secular do “homem público” está relacionada com um predomínio de novas formas de os indivíduos desempenharem os papéis sociais e com as crenças que passaram a estar na base dos seus comportamentos ‘em público’. O desempenho de papéis enquanto performance perante uma audiência composta por estranhos, levada a cabo através de convenções, costumes e rituais comunicativos que eram modos de atuar codificados e de tipo dramático, entrou em progressivo descrédito ao longo dos últimos dois séculos e foram-se instalando as crenças de que a ‘teatralidade’ social é contrária à autenticidade e de que o autêntico

reside no mais íntimo e interior de cada indivíduo, sendo que, portanto, só a autorrevelação do *self* é vista como medida da verdade (Sennett, 1992: 29-30).

Aquilo a que se assiste na contemporaneidade ocidental é, pois, à erosão dos papéis públicos, no sentido de que o desempenho em locais públicos se foi tornando “cada vez menos uma questão de expressividade e cada vez mais uma questão de neutralização e apaziguamento dos outros” (1992: 36). É a personalidade que passa a estar em jogo nas presenças em público e todos os atos e aparências exteriores dos indivíduos passam a ser tomados como signos do caráter pessoal.

O corolário disto é, para Sennett, uma vida pessoal excessiva e uma vida pública vazia, que resultam da mudança que começou após o Antigo Regime, com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista onde ele vê uma sobrevalorização da intimidade, da privacidade e até do silêncio.

Nos espetáculos e nas ruas, a sociabilidade é substituída pela observação silenciosa, que se torna um princípio da ordem pública (1992: 126), assim como os grandes espaços comerciais se tornam os paradigmas da forma como o domínio público enquanto lugar de trocas comunicacionais ativas deu lugar a uma experiência de estar em público como algo simultaneamente mais intenso e menos sociável (1992: 141). Essa intensidade passa a ser vivida, em grande medida, através do consumo, dado o investimento de sentidos pessoais que passa a ser feito nos objetos. A visibilidade em público dá pistas acerca do *self* íntimo e verdadeiro (daí a ansiedade com a aparência e a preocupação em não dar a ver que se apodera da ideia de privacidade), mas a sua conjugação com o silêncio gera um espaço pessoal subtraído à sociabilidade.

A análise de Sennett é particularmente estimulante neste ponto: a partir do momento em que o silêncio criou isolamento nos espaços públicos, a distinção entre público e privado rui como par de noções opostas. Daí que faça emergir o conceito de “*public privacy*”, em que o indivíduo pode, paradoxalmente, escapar à sala de reuniões familiares para se refugiar em espaços públicos onde encontra o seu direito a estar só, a sua condição de *privacidade em público*, paralisado do ponto de vista da sociabilidade e a flutuar nas suas divagações (Sennett, 1992: 217).

Num tal contexto assume importância também uma concepção comunicacional de público e privado que Richard Sennett utiliza, e que se distingue sensivelmente do sentido habermasiano de ação pública como acessível a todos. Uma situação comunicativa pode ser considerada privada, segundo Sennett, quando o indivíduo sabe quem faz parte da audiência (o conjunto daqueles que o veem e/ou escutam) e assim mantém uma certa

capacidade de produzir um fluxo comunicacional em função dos ‘receptores’. Quando o indivíduo se encontra numa situação de cuja audiência desconhece os limites e que não pode controlar depara-se, por sua vez, num contexto de comunicação pública.

Se bem que Sennett aponte à teoria dos papéis sociais de Erving Goffman a crítica de consistir numa análise social estática e desatenta às forças transformadoras como as que ele próprio vislumbra nos domínios do público e do privado, e portanto nada tendo a dizer acerca das tendências históricas (mas apenas acerca da acomodação dos comportamentos à ordem social vigente), isso não significa que a obra do sociólogo canadiano deixe de ser relevante. Ela abre-nos a porta para a observação em minúcia das interações entre pessoas presentes num mesmo espaço.

Foi particularmente através do conceito de “territórios do eu” que Goffman (no livro “Relações em Público”) mais explorou aquilo que Sennett identifica como uma cultura do espaço público que se deslocou para os antípodas da sociabilidade (mas sem o sentido crítico que este lhe atribui). Através de vários mecanismos de comunicação e performance – o “espaço pessoal”, o “recinto”, as “reservas de informação e de conversação”, os “sinais” e os vários tipos de “infração” – Goffman dedica-se a mapear as formas com que os indivíduos gerem a coexistência em espaços públicos de modo a “reivindicarem” uma “territorialidade situacional egocêntrica” (1979: 47).

1.3. Goffman e as definições da situação comunicativa

Goffman influenciou o pensamento sociológico sobretudo por explorar a ideia de que os mesmos indivíduos desempenham diferentes papéis consoante as ocasiões sociais, uma vez que estas impõem as suas normas e estruturas sobre o comportamento dos participantes. Não obstante, a conhecida conceção goffmaniana de dramaturgia social também inclui a ideia de que os indivíduos procuram sempre gerir as impressões de si próprios nos outros, visando uma impressão favorável, e que vão gerindo essas impressões alternando comportamentos de “fachada” e de “bastidores”, uma dicotomia que por vezes se faz corresponder a contextos públicos e privados.

O caráter circunstancial é marcante no que diz respeito à performance dos atores. Entre as circunstâncias temos as de caráter físico, que o interacionismo simbólico de Erving Goffman designa com o conceito de “palco”. E temos também as de caráter simbólico que emergem como resultado do processo histórico, nomeadamente as regras que definem o “certo” e o “errado” numa dada comunidade ou situação em concreto.

A interação social é, assim, presidida por uma teia normativa que decorre de um longo percurso histórico e cultural e que resulta da negociação que os atores realizam entre si e as estruturas sociais. Mas, se cabe aos atores gerirem reflexivamente os seus desempenhos, a verdade é que a vida quotidiana é uma permanente deambulação entre espaços que nos transmitem maior ou menor à-vontade, familiaridade ou formalidade, ou que se pautam pelo anonimato, onde os gestos e os olhares são objeto de ponderação e reflexão. A “velha” dicotomia público e privado corporiza precisamente esse lado circunstancial e contingente da interação social.

É este circunstancialismo, condicionante dos atores na adoção de uma determinada “fachada”, que em última instância leva à definição daquilo que Goffman nomeou “situação”, e que consiste na projeção com que o indivíduo tende “a assegurar um plano para a atividade cooperativa subsequente” (1993:24). Os atores precisam de atribuir sentido ao contexto vivido e é essa definição da situação que orienta a ação, levando o indivíduo a agir de uma maneira adequada. Segundo Goffman, uma definição equivocada da situação pode levar a uma comunicação imprópria.

Se o conceito de “situação” parece interessante para estudar o uso de tecnologias em espaços públicos, não deixam de existir algumas dificuldades pelo facto de Goffman o empregar com sentidos variáveis na sua obra. No livro que temos estado a citar, *A Apresentação do Eu na Vida Quotidiana*, vimos que Goffman fala de situação como algo que os participantes de uma interação tentam definir de forma adaptativa, mas também utilizando as performances comunicativas para o fazer a seu favor (uma conceptualização próxima da noção de *frame*, ou “quadro”, mais tarde desenvolvida por Goffman).

Na obra posterior *Behavior in Public Places*, o conceito de situação é utilizado para referir “o espaço ambiente” (*spatial environment*) onde alguém que entre se transforma em participante num “encontro”, ou seja, se vê na presença imediata de outros de uma forma suficientemente próxima para o indivíduo experimentar as suas presenças e ter também a noção de que é apercebido (1966: 17-18).

A definição da situação parece, pois, advir tanto das interações pessoais (os encontros), como dos espaços onde as copresenças ocorrem e dos “quadros” que estes favorecem (associados a normas mais ou menos partilhadas pelos atores).

Fica patente, em todo o caso, o lado relacional da definição de situação, que leva à adoção de um guião de interação entre atores e audiência e tem como pano de fundo um juízo por parte de cada ator interveniente. Portanto, os atores ao definirem a “situação” levam em linha de conta o tipo de espaço, quer em termos físicos, quer em termos de

grau de familiaridade, formalidade ou anonimato. Por outro lado, também não deixa de ser tido em consideração o aspeto referente à composição social, etária, sexual, religiosa, daquilo que Goffman designou por audiência.

Em cada caso concreto, como na área de restauração de um centro comercial, em que medida a situação é definida pelo contexto de espaço público e pelos desempenhos que ele pressupõe? Até que ponto ela é negociada pelos atores através das suas interações e das performances comunicativas com que tentam definir o quadro? Dado que o espaço é, simultaneamente, um espaço físico e um espaço social, em que medida ele está sujeito a apropriações variadas consoante os atores e os grupos que nele interajam?

É neste sentido que pretendemos analisar os usos de dispositivos móveis enquanto comportamentos levados a cabo em determinados tipos de espaço. As comunicações móveis afirmam-se potenciais criadoras de situações no seio de outras situações, ou em articulação com elas.

1.4. Situações duplas e situações indefinidas

Por isso também nos interessa conceptualizar a existência de situações duplas ou de situações indefinidas, começando pelas próprias referências goffmanianas. Numa simples nota de rodapé do livro “Relações em Público”, Goffman declara que os “encontros” e os “contextos” formam dois sistemas distintos e que a gestão simultânea dos dois é “uma questão maravilhosamente complexa” (1979: 24). Interessado, nessa obra, em observar as interações entre “desconhecidos e meros conhecidos” nos espaços em que “passam a ser fisicamente acessíveis uns aos outros” (1979: 19), Goffman nota que, em algumas situações, a performance de um ator se dirige especificamente a um interlocutor mas, ao mesmo tempo, tem em conta a restante audiência copresente. Ou seja, apresenta a sua performance comunicativa perante duas audiências distintas.

Nos textos escritos entre as décadas de 1950 e 1970, Goffman prestou atenção às interações que se desenrolam “quando as pessoas relacionadas se encontram na presença imediata umas das outras” (1979: 16). Isto significa que a definição de uma situação pressupõe um, e um só, contexto de interação: a copresença com outros (mesmo quando há dois círculos de outros, o do “encontro” e o do “contexto”) é simultânea e dá-se num mesmo espaço; as coordenadas de espaço e de tempo são coerentes e sobrepostas.

Já nos anos 80, numa obra que se tornou um clássico sobre a era da televisão, Joshua Meyrowitz notou que as mediações tecnológicas, em particular os meios de comunicação eletrónica, provocam alterações na “estrutura das «situações» sociais” (1986: 4),

proporcionando significativas descoincidências entre espaços físicos e situações sociais. Proliferam “combinações entre diferentes audiências”, algo que é raro em interações face-a-face, e portanto há também “uma fusão de situações sociais” (1986: 5-6).

Meyrowitz, ao pensar na televisão, considera dois pontos no que aos ambientes sociais diz respeito: o modo como a alteração nos media também altera os ambientes sociais e os efeitos que uma mudança nesses ambientes pode causar no comportamento dos indivíduos. Para o autor, as tecnologias criam novas conexões entre as pessoas e os lugares que podem afetar diretamente a sociedade, particularmente os papéis sociais. O maior efeito dos media eletrônicos é, assim, segundo Meyrowitz, a mudança na “geografia situacional” (1986: 6) que eles provocam na vida social, ao trazerem diferentes tipos de pessoas para um mesmo ‘lugar’, em vez de se manter diferentes tipos de pessoas separados em diferentes situações: esse derrubar de paredes imaginárias (na metáfora arquitetônica de Meyrowitz) dificulta a assunção de papéis claramente diferentes em diferentes situações, dada a inexistência de segregação espacial. Para o autor, esta dificuldade de definir a situação leva à perda de habilidade para agir de forma adequada um contexto específico.

2. Os dispositivos móveis e as situações em público

A ideia de desfasamento entre o local e o comunicacional voltou a ser colocada, já no contexto dos dispositivos de comunicação móvel, por vários autores.

As investigações sobre a temática dos dispositivos móveis têm dado conta de um aumento da conectividade social, fruto da utilização generalizada e frequente do telemóvel (Plant, 2001; Lasen, 2005). Várias análises dos cientistas sociais têm entendido o telemóvel como um dispositivo que fortalece os laços sociais entre a família e amigos. A sua portabilidade e garantia de contacto imediato e em qualquer local foram apontadas como as maiores vantagens, comparativamente ao telefone fixo, tanto para funções de coordenação como de coesão e de ritualização dos laços sociais (Ling, 2008).

O telemóvel, mesmo sendo utilizado em qualquer lugar, é um meio de comunicação associado ao espaço público, como um prolongamento do telefone fixo, ou seja, vai para lá da esfera doméstica. E esta extensão não é apenas de natureza técnica, é também perceptível nos comportamentos dos utilizadores, frequentemente semelhantes aos que têm em privado.

Por isso, para Rich Ling, “os telemóveis alteram a forma como as situações sociais se desenvolvem e são geridas”, precisamente porque todas as ocasiões e locais se tornam

potencialmente “contextos de conversação telefónica” (Ling, 2008: 3). Dos restaurantes aos funerais e das casas de banho às galerias de arte, as situações comunicativas terão deixado de estar dependentes do espaço e também do tempo.

O telemóvel aumenta o capital social, criando e reforçando laços já existentes, mas a par desse reforço de coesão, também existe o risco de a coesão se tornar socialmente fragmentária, dividindo a sociedade em grupos fechados e homogéneos que se relacionam em rede independentemente do espaço e do tempo, apenas em função dos interesses que têm em comum.

Por outro lado – e este é o ponto principal para o nosso objeto –, o uso do telemóvel diminui esse mesmo tipo de capital quando os utilizadores deixam de estar totalmente disponíveis para a interação face a face. Há uma perturbação que o uso dos telemóveis causa nas situações sociais e, segundo Ling, ela tem em parte a ver o facto de frequentemente se instalar uma duplicidade comunicativa: “quando usamos o telemóvel [na presença de outros] temos, na realidade, dois públicos: a pessoa com quem estamos a falar ou a trocar mensagens e as pessoas com quem estamos copresentes” (Ling, 2008: 95).

Dentro da sua já referida preocupação com a coesão social, o autor chama a atenção, repetidamente, para aquilo que se passa nos círculos de interação face-a-face, notando que o uso do telemóvel se faz, “por vezes, à custa da interação com os copresentes” (Ling, 2008: 3) ou que ele “tem a consequência secundária de criar um hiato na interação em copresença” (2008: 102).

A insufi ciência destas observações de Richard Ling para a nossa abordagem dos espaços públicos reside no facto de a sua análise se concentrar exclusivamente nos círculos interpessoais, nas reuniões em grupo (“social gatherings”). Quando afirma que as chamadas de telemóvel “têm o potencial de penetrar nas situações sociais, irrompendo sobre elas” (2008: 101), o autor presta atenção ao que se passa no interior de um círculo interpessoal, entre os seus componentes, independentemente dos “social gatherings” se poderem dar em espaços públicos, e sem conferir relevo àquilo que acontece no que poderíamos designar ‘fronteira’ entre a situação interpessoal e a situação pública.

Acerca da conversação telefónica em espaços públicos, também Lee Humphreys (2005) levou a cabo uma pesquisa em que notou que o uso dos telemóveis está rodeado de dilemas e de normas sociais que vão sendo confrontadas, respeitadas ou modificadas. O estudo apoiou-se em Goffman para analisar, por exemplo, a “vulnerabilidade” dos *singles* (os indivíduos sós em espaços públicos) e as dinâmicas que o telemóvel introduz

no seio dos *withs* (criando uma variedade de estratégias dentro dos círculos de interação, algumas das quais são protetoras de privacidade, como a postura corporal de quem o usa ou a “desatenção civil” de quem assiste).

Para os nossos propósitos, um dos pontos mais relevantes da observação de Humphreys são as “conversas cruzadas”, em que uma chamada telefónica marginaliza nomeadamente os outros membros das díades, e a forma como isso lhes pode provocar ansiedade e desconforto.

Neste sentido, estar ao telefone em público é considerado um ritual que apresenta vários níveis de desconexão possível em relação ao contexto, seja num grupo de conhecidos ou numa audiência pública desconhecida. Segundo Plant (2001) temos três tipos de receção às chamadas de telemóvel em público: *flight*, em que os utilizadores se movem imediatamente para fora da situação social em que se encontravam, de modo a manter a privacidade da chamada; *suspension*, quando os utilizadores permanecem no mesmo ambiente, mas param o que estão a fazer durante a chamada; *persistence*, se os utilizadores permanecem no ambiente e, simultaneamente, procuram continuar envolvidos no contexto. No terreno, verifiquei as três situações, mas a tendência mais frequente é a pessoa que se envolve numa conversação telefónica parar o que estava a fazer, sem que geralmente se movimente do local, usando ou as não estratégias que já apontámos de defesa da privacidade, como falar baixo ou colocar a mão à frente da boca.

Ainda sobre o desconforto associado às chamadas em público, Lee Humphreys diz-nos que ele não tem que ver exclusivamente com o sentimento de marginalização provocado pela conversação do parceiro (algo que se pode dar também nos espaços privados), mas que advém sobretudo do confronto com o outro círculo da audiência. É a duplicidade da situação, constituída em simultâneo pela marginalização no círculo de interação e pela assistência a esse ato por parte de co-presentes (ainda que desconhecidos) no mesmo espaço público, que produz ansiedade. O ator não se vê vulnerável à intrusão de terceiros no sentido da penetração física do seu território, nem é essa vertente da privacidade que está em jogo. O que está em causa é a sua impressão, a sua imagem aos olhos do público, que sai fora de controlo.

Paralelamente, podemos notar que os *withs* que participam em conversações telefónicas em público se encontram não numa situação dupla, mas sim numa tripla situação comunicativa: o nível da interação verbal pelo telemóvel, o nível da situação comunicativa com os membros do seu círculo, e o nível do contexto de apresentação perante a audiência pública.

Por outro lado, é necessário ter em conta que um enfoque comunicacional da dicotomia público/privado não pode encarar a noção de espaço como imutável e permanentemente definida, na medida em que é a relação com a(s) audiência(s) e a sua gestão que vão conferindo o carácter a cada situação. Por exemplo, com os dispositivos móveis em espaços públicos é muitas vezes criado um espaço privado que acompanha o utilizador do telemóvel, um espaço privado virtual (Lasen, 2005).

A diluição dos limites entre o espaço físico e o espaço virtual tem vindo a sugerir outras formas de interacção social e uma reconfiguração do espaço urbano. Actualmente, o espaço físico é tido como híbrido, na medida em que as interacções entre utilizadores de tecnologias de fácil portabilidade se materializam nas conexões estabelecidas entre os espaços físicos e os virtuais. O indivíduo está simultaneamente numa realidade física e virtual, sendo o ciberespaço o mediador neste processo de sociabilização.

A esse propósito, o protagonismo das comunicações móveis levou Ito e Okabe a proporem o conceito de “situações tecno-sociais”, uma noção estimulante através da qual estes autores se referem a “lugares que fundem infraestruturas da geografia e da tecnologia” (citados por Ling, 2008: 4).

Também Manovich (2002) nos diz que o espaço físico está contaminado pelas tecnologias em rede que promovem o que chama de *cellspace* – um espaço físico redimensionado pelo fluxo de dados que podem ser transmitidos directamente de redes locais ou globais, ou de objectos localizados no espaço físico a que os indivíduos podem aceder através dos seus dispositivos. Com os dispositivos móveis e o acesso à internet, o que fazemos, com quem comunicamos, deixa de ter um lugar próprio, podendo até envolver a mesma posição de base, os mesmos movimentos de corpo, cabeça e mãos, e uma simultaneidade de atividades.

É esta tecnologização móvel de espaços públicos, e a articulação de situações de comunicação telefónica e digital com as da geografia local, que conduz a nossa observação etnográfica e a procura de indicadores acerca da dicotomia público-privado nos usos de telemóvel.

3. Método etnográfico

A essência da etnografia passa pela observação dos modos como as pessoas conduzem as suas vidas, sendo o seu objetivo dar significado ao quotidiano no qual as pessoas agem e reagem. O interacionismo simbólico é a abordagem teórica mais utilizada nos estudos etnográficos (Schutz, 1979), pressupondo uma negociação constante que

não se limita ao vínculo social e que assenta na reflexividade quando se analisa a ação. Na interação social vamos percebendo os atores e as situações sociais, e é com base nisso que elaboramos ideias sobre o que é esperado, os valores, as crenças e atitudes que se aplicam àquela interação. Este é o ponto de partida para o investigador que recorre à observação etnográfica.

Schutz vê o *mundo da vida* como o conjunto de experiências quotidianas e ações dos indivíduos para lidar com os seus interesses e com os outros. Um mundo intersubjetivo que já existia antes de nascermos, que já era vivenciado e interpretado por outros, um mundo organizado que se transforma quando aparece uma nova situação que exige problematização. Por isso, é necessário descrever os processos de estabelecimento e geração de significados tal como realizados pelos atores na atividade social e depois interpretá-los à luz das nossas perceções enquanto investigadores.

Seguindo uma linha goffmaniana propomo-nos observar pessoas reunidas em determinado local, sob uma ordem social vigente para aquele grupo em particular. Neste sentido, pretendemos interpretar os dados recolhidos na observação, em vez de os mensurar, visando compreender a realidade tal como ela é experienciada pelos indivíduos e a partir do que estes pensam e da forma como agem.

Schutz (1979) questiona-se: se a pessoa não sabe que a estamos a observar, ou não presta atenção, como é que se sabe o que pensam ou o que os motiva a agir? E diz-nos que é o corpo, a linguagem corporal, que dá essa resposta, pois expressa a vida interior da pessoa, na medida em que lhe possamos ver movimentos e palavras. Todavia, o investigador não pode ter a certeza de as suas experiências corresponderem às do(s) outro(s) que está a observar, o que pode é apelar a um objeto do mundo exterior que seja comum aos dois. O investigador envolvido na observação direta não participante não conhece, nem consegue captar os motivos da ação do observado. Mas pode fazer-se valer do seu conhecimento dos padrões tipicamente similares de interação em cenários também similares, e a partir daí pode construir as motivações dos atores.

Desta forma, a observação que realizámos baseou-se na recolha de dados qualitativos (e também alguma quantificação de casos) centrados em situações reais onde o uso de dispositivos móveis estava implicado no quotidiano dos presentes num determinado espaço. A observação é uma forma de análise dos padrões de comportamento no uso desse espaço. A nossa atenção recaiu, sobretudo, na forma como a negocia o que é público e privado quando se interage por meio de dispositivos móveis.

Optámos pelo preenchimento de uma grelha de análise, que funcionou como diário de campo. Em cada incursão no terreno foram preenchidos campos divididos em duas partes. A primeira diz respeito à conversação telefónica: tempo de conversação; tom de voz; interação verbal; tema de conversa; espaço. A segunda ao manuseamento de *smartphones*: tipo de grupo; situação; tempos de utilização; utilização isolada ou partilhada. Em ambas as partes existem campos comuns: indivíduo/grupo observado; sexo e idade; contexto, dimensão do grupo e tipo de relações estabelecidas.

4. Dispositivos de comunicação em espaços públicos: um estudo de caso

Desde o início da modernidade que o quotidiano tem vindo a ser cada vez mais marcado pelo uso de suportes e tecnologias de comunicação. As *coffeehouses* estudadas por Habermas (2012) tornaram-se estruturantes da esfera pública também por serem lugares de penetração e utilização social da imprensa, que é o mais antigo dos meios portáteis. Progressivamente, o contexto do capitalismo avançado foi tornando a vivência quotidiana em espaços públicos e semi-públicos cada vez mais impregnada de *mass media* eletrónicos, da sonoridade radiofónica aos ecrãs televisivos, e, mais recentemente, estes locais tornaram-se palco de novas práticas de comunicação interpessoal tecnologicamente mediadas, através da telefonia móvel, bem como da acessibilidade sem fios ao multifacetado ciberespaço. É, pois, um quotidiano crescentemente tecnologizado.

Para a nossa pesquisa definiu-se como principal “unidade de análise” a área da restauração de um centro comercial, localmente designado como “o *shopping*” (com a conotação de modernidade global que isso implica), e que é simultaneamente um reconhecido espaço de sociabilidade na cidade da Covilhã. Este tipo de espaços, reciclando o pensamento de Goffman, deverá ser entendido como o “quadro”: “(...) incluindo o mobiliário, a decoração, a disposição física e outros aspectos do pano de fundo, [são os quadros] que constituirão o cenário e os alicerces do palco para o desenrolar da acção humana que será representada diante, dentro ou acima dele” (1993: 34).

Uma breve observação da área de restauração do centro comercial permite perceber que a distribuição e disposição do espaço se fazem em torno do eixo composto por mesas e cadeiras, todas elas alinhadas num eixo que segue a orientação e disposição do próprio espaço, um salão oval com cerca de 100 metros de comprimento e 20/30 de largura. Descrevendo uma elipse, os estabelecimentos comerciais vendem os mais diversificados produtos, de café e bolos até refeições rápidas. Considere-se ainda a esplanada, espaço

exterior em varanda, cujas características o distinguem do restante, em face da forte transitoriedade que lhe está associada.

A tecnologização do salão de restauração apresenta duas características permanentes. Em primeiro lugar, contém um conjunto de quatro televisores dispostos no eixo central do espaço, a um nível elevado (cerca de dois metros de altura) e com os ecrãs virados para direções opostas, de modo a possibilitar a sua a visualização de praticamente todos os pontos do salão. A presença da televisão corresponde a uma estratégia de *design* do próprio espaço comercial, decidida e ativada a um nível institucional segundo premissas que, em última análise, serão de rentabilidade económica. Os televisores estão permanentemente ligados durante as 14 horas que medeiam entre a abertura e o fecho do espaço comercial (9h-23h), cada um deles fixo num canal diferente (entre canais generalistas e um desportivo), e sem qualquer emissão de som. Trata-se, portanto, de um quadro de mediatização visual (e não audiovisual) que é estabelecido independentemente da apropriação que os indivíduos façam do espaço em causa.

A segunda característica de tecnologização desta área de restauração é a introdução de dispositivos de comunicação móvel pelos próprios atores sociais, quer pelos funcionários do próprio centro comercial que não deixam de usar intermitentemente aquele espaço, quer pelos que são alheios ao estabelecimento comercial e o frequentam na condição de clientes ou visitantes. Pelas suas características de *self-service*, este salão possibilita aos visitantes condições de permanência, sociabilidade e trânsito consideravelmente distintas das de outros locais de restauração mais tradicionais, na medida em que a estada não está sujeita à intrusão de funcionários. Sobretudo em certos momentos do dia em que a clientela é menor, torna-se possível que alguns visitantes se apropriem daquele espaço com uma minimização do consumo, podendo permanecer nele duradouramente. Refira-se que, nos pilares onde estão expostos os televisores, existem tomadas disponíveis para o público carregar os seus dispositivos móveis, o que pode contribuir para uma maior permanência no local, numa articulação entre as práticas dos utilizadores e as estratégias comerciais de atração de consumidores àquele espaço.⁶¹ Também é disponibilizado a todos os utilizadores deste espaço um acesso gratuito e sem fios à internet.

Uma área de restauração como esta num centro comercial constitui, portanto, um lugar de entrelaçamento de fluxos *mass mediáticos* expostos coletivamente, com usos de *media* digitais individualizados, com interações mediadas à distância (telefónica ou digitalmente) e com dinâmicas de sociabilidade face-a-face. A natureza pública do espaço

constitui, em termos goff manianos, um “quadro” que emoldura a multiplicidade de situações comunicativas que ali se vão desenrolar.

Mas convém notar que este espaço apresenta, à partida, uma pluralidade de usos por parte dos atores sociais: é local de encontro para uns, de alimentação para outros, de ambas as atividades para muitos, de repouso para mais alguns. Neste âmbito, duas notas merecem realce. Por um lado, o facto de se tratar em simultâneo de um espaço de sociabilidade e de consumo configura-o como um lugar promissor para a observação dessa dupla faceta que também está presente no uso dos dispositivos móveis,⁶¹ Esta disponibilização de tomadas parece não ser prática noutras centros comerciais, nomeadamente em grandes cidades. Por exemplo, o espaço de restauração do centro comercial Vasco da Gama, em Lisboa, para além de não ter tomadas visíveis é raro acolher alguém a trabalhar com um portátil. É um lugar com ritmos mais velozes de entrada e saída, onde as pessoas tendem a permanecer apenas o tempo necessário para consumir.

através dos quais os indivíduos hoje performatizam tanto interações como consumos. Por outro lado, sendo local de permanência ou trânsito a sós, em pares ou em grupos, exhibe uma variedade de situações de interação que pretendemos apreender como se articulam com a utilização dos dispositivos móveis.

Fizemos incursões em diferentes períodos do dia, deparando com as rotinas e os diferentes ritmos do quotidiano. O período matinal no centro comercial apresenta-se como um momento de utilização em que reina a tranquilidade e onde os pequenos grupos (na sua maioria idosos) ocupam espaçadamente a restauração, entre um café ou a leitura do jornal. Esta calma é interrompida por um afluxo de utilizadores que se deslocam a este espaço para almoçar. Aparentam ser na sua maioria trabalhadores de serviços distribuídos na periferia do centro comercial e da “zona nova” da cidade. Após esta intensificação, observa-se o processo contrário e aí voltam a dominar os pequenos grupos de idosos, agora também com adolescentes em grupo ou sozinhos. Os grupos têm habitualmente entre 2 e 6 elementos. Com o final da tarde, estes grupos perdem peso relativo relativamente aos jovens adultos (entre os 25 a 45 anos) que regressam do trabalho e passam por este espaço para lanchar ou jantar, quase sempre em grupo. Os dispositivos móveis são, evidentemente, objetos presentes nestas circunstâncias.

O espaço da esplanada, no exterior, tem quase sempre menor número de utilizadores, mesmo quando as condições atmosféricas não são adversas. É um espaço essencialmente frequentado por indivíduos relativamente mais jovens. As permanências são mais

reduzidas. Encontram-se mais ‘células individuais’, ou aquilo que Goffman (2010) designou por *singles*, em contraste com espaço interior em que proliferam os *withs*, os indivíduos acompanhados.

Para Goffman, um ator que esteja no palco sozinho encontra-se vulnerável à intromissão da audiência e/ou de outros atores. Por sua vez, o conceito de *withs* sublinha o papel protetor do grupo relativamente a possíveis intromissões de elementos contextuais e/ou da audiência. Considerando a orgânica das diferentes células que ocupam os dois espaços é possível afirmar que há uma clara primazia no uso do telemóvel em situações em que os atores estão sozinhos, manuseando com maior durabilidade o telemóvel. A este respeito, não será de toda coincidência o facto de encontrarmos maior prevalência de chamadas telefónicas com duração superior a cinco minutos na esplanada, uma vez que aí os atores conseguem ter maior controlo sobre a audiência, ou pelo menos uma audiência pouco densa e numerosa. A esplanada é o local privilegiado para funcionários do próprio espaço usufruírem de pausas no trabalho e estabelecerem contactos por telemóvel, através de chamadas ou mensagens.

Usando a lente goffmaniana para olhar o espaço de restauração do centro comercial tendemos, por outro lado, a vê-lo como um conjunto de “recintos” (mais ou menos correspondentes às várias mesas), sendo estes considerados por Goffman uma forma básica de organização social, ou seja, uma série de áreas que os indivíduos podem reivindicar temporariamente como território do eu, ou zona privada em público. O facto de Goffman abordar os espaços públicos sob este prisma revela a sua conceção individualista e a premissa de que nas relações em público está em causa, acima de tudo, uma gestão da coexistência entre indivíduos que tendem a reivindicar vários tipos de “reserva” em torno de si, o que se baseia na observação do quadro cultural norte-americano. Isto torna-o um apoio teórico fundamental para observar as práticas em público do ponto de vista da preservação ou intrusão na privacidade dos indivíduos, mas não deixa de conferir uma primazia epistemológica ao privado, que deve ser cautelosamente abordada noutros contextos.

Estes aspetos têm muita relevância no caso em estudo, dado que o centro comercial em causa é hoje provavelmente o principal espaço de sociabilidade da cidade da Covilhã. Cabe, por isso, atentar às suas características não apenas na ótica da reserva de privacidade, mas também como lugar de possibilidades para a interação social de tipo mais flúido, diversificado e impessoal que se enquadram no campo da sociabilidade

pública, e que simultaneamente contribuem para o funcionamento do espaço discursivo que é a esfera pública.

É nítida, no contexto da Covilhã, a perda de protagonismo do velho centro urbano, a Praça do Município (popularmente designada ‘Pelourinho’), enquanto espaço de encontros, permanências e trocas. Devido à matriz histórica da cidade industrial e operária, esta praça, ainda que palco de intensas sociabilidades públicas, também foi no passado um espaço de fortes segmentações em termos de classe e de género, e é hoje um lugar frequentado com pouca densidade e por uma população que pende para idades avançadas e classes populares. Pelo contrário, o grande centro comercial, construído em 2005 numa zona residencial não consolidada, atrai desde então uma população muito mais heterogénea, durante mais horas por dia e dias por semana, tendo na área de restauração um local de encontro e sociabilidade que apresenta momentos de alta densidade. Também devido ao processo de diferenciação socioeconómica que envolveu a Covilhã nas últimas duas décadas, este espaço é hoje um lugar de constante confluência de diversos tipos sociais que é inédito na história da cidade e, portanto, um novo contexto de possibilidades para a sociabilidade em público.¹

Num outro sentido, porém, a natureza dos dois espaços contribui para lhes conferir um cariz distinto no que respeita a um *continuum* da dicotomia público-privado. Na velha praça da cidade, a contiguidade com o centro político, o confronto com o espaço público (no sentido jurídico, de pertença da comunidade municipal) da rua e dos seus equipamentos (públicos, no mesmo sentido), o tempo de espera pelos transportes públicos, são elementos que potenciam a atenção dos indivíduos ao coletivo e uma sociabilidade que inclui discursos sobre ele. No interior do grande centro comercial, pelo contrário, o espaço físico e os equipamentos são propriedade privada, e aos indivíduos, rodeados por todos os lados (literalmente) de oferta comercial, é oferecido antes de mais o papel de consumidores.

Esta mudança, com contornos particulares no caso da Covilhã, inscreve-se evidentemente em transformações estruturais de larga escala que têm vindo a atravessar as cidades europeias numa certa fase do capitalismo avançado em que coexistem várias

¹ Esta diversidade, própria dos contextos urbanos, não deixa porém de ser mitigada quanto ao carácter impessoal que é a norma de sociabilidade pública nas grandes cidades. Num meio urbano de pequena dimensão (aproximadamente 40 mil habitantes), a circulação em lugares públicos como o *shopping* faz-se acompanhar de uma alta probabilidade de encontros pessoais. Também num espaço como o da restauração, a audiência não é simplesmente composta por estranhos e pode incluir conhecidos. Acerca do contexto de pequena urbe e do grande centro comercial, ver Carvalheiro (2008).

lógicas de privatização em paralelo. Aquela que importa realçar aqui, como contexto da nossa observação, é o deslocamento gradual de cidadãos em massa para espaços que compaginam a frequência pública com contextos onde predominam uma cultura comercial e interesses privados.

Por estas razões, a nossa análise tem em conta duas vertentes: a articulação dos “territórios do eu” com os usos do telemóvel em espaços públicos, que remete para as questões da privacidade em público, com as suas situações de defesa, de intrusão ou de extroversão das relações pessoais; e a vertente da sociabilidade pública, com as suas modalidades de comunicação ou de alheamento face aos outros e aos temas coletivos, que se articula com as questões da esfera pública.

5. Observação e análise

A primeira vertente das nossas observações centrou-se na passagem de comportamentos e práticas mais privadas e íntimas para os espaços públicos e coletivos. Com a portabilidade dos aparelhos de comunicação e a ubiquidade das suas ligações instalou-se o hábito de muitos utilizadores acederem à internet e fazerem ou atenderem chamadas telefónicas num espaço ocupado por uma audiência de estranhos. No caso das ligações telefónicas, constata-se facilmente que a área de restauração do *shopping* é um “palco” onde os utilizadores de telemóvel mantêm conversações sobre assuntos pessoais e que, mesmo quando recorrem a estratégias de preservação da privacidade (procurando “reservas”), por norma não deixam de atender chamadas. Num lugar como aquele, tornou-se um hábito falar ao telemóvel em público, ao lado de pessoas desconhecidas.

O trabalho de campo, dividido em 29 sessões de observação, permitiunos registar dados sobre 117 conversações telefónicas. Em todas aquelas em que nos foi possível identificar conteúdos com razoável clareza, os assuntos situavam-se, sem nenhuma exceção, no campo das relações pessoais. Uma boa parte dessas chamadas incidiram na coordenação de questões práticas, com prevalência do nível familiar e da comunicação entre gerações (vários casos de mulheres de meia-idade combinando atividades com filhos e com pais), e tenderam a ser de curta ou média duração (não mais de 5 minutos). Mas um outro tipo de chamadas tem um cariz não utilitário e pode ser caracterizado como de relato ou de comentário, assumindo frequentemente contornos de conversação alongada sobre aspetos da vida pessoal, como nos seguintes registos do trabalho de campo:

Na mesa ao lado, uma senhora na casa dos 30 anos está a jantar na companhia do marido. Atende uma chamada a meio do jantar e fala muito alto ao telemóvel durante cerca de 6-8 minutos. Apesar de estar imenso ruído na área de restauração consegue-se ouvir perfeitamente a conversa. Fala com alguém sobre um casamento a que se prepara para ir no domingo seguinte. Descreve ao pormenor a roupa que vai levar: um vestido verde cintado, uns sapatos de cor bege a combinar com a mala. Fala também da roupa que uma criança vai vestir. [Diário de campo, 12 de setembro, 21h]

Uma utilizadora entre os 45 e os 50 anos, sozinha a uma mesa, fala ao telemóvel em tom alto durante cerca de 10-12 minutos. Excerto da conversa: “Mas a Dora também vai? Ele tem de se mentalizar. Não há lá pessoas da sua idade, não há. (...) Mas é assim, eu hoje não saio às 10, saio às 11 da noite. (...) Tá bem, eu depois espero por ti. Eu tenho botas brancas, mas não é a roupa mais adequada.” [Diário de campo, 19 de setembro, 19h]

O predomínio de conversas pessoais num local público não significa, porém, que todos os atores sociais exponham o seu *self* da mesma forma irrestrita. Nas incursões etnográficas constatámos que fazer ou atender chamadas naquele espaço comercial não são ações, geralmente, acompanhadas por grandes preocupações de discrição. Todavia, há quem utilize estratégias de criação de “reservas” ou refúgio em “bastidores” (Goffman, 1979; 1993). Concretamente, identificámos cinco procedimentos para restringir o acesso da audiência: volume e tom de voz baixos; colocar mão à frente do rosto; postura corporal defensiva; sair do local para se isolar ou distanciar; uso de linguagem lacónica.

Procurámos fazer uma análise mais aturada de alguns destes indicadores de defesa de privacidade, cruzando-os com variáveis como a faixa etária, o sexo e a condição de *singles* ou *withs* (sabendo que o pequeno universo de casos observados apenas autoriza a ler tendências quantitativas como meras indicações).

Verificámos, por exemplo, que a adoção de um tom de voz baixo é mais frequente nos utilizadores que estão sozinhos do que entre aqueles que estão em grupo. Esta tendência pode efetivamente ser interpretada como estratégia de privacidade em público: não há dúvidas de que a reserva assim constituída se prende com a audiência de estranhos que rodeia o utilizador; no seio de um grupo, este procedimento terá mais a ver com a reserva de informação face aos outros membros do círculo, mas será potencialmente menos eficaz nesse propósito, dada a proximidade. Daí que, na nossa observação, a

retirada ‘geográfica’ para uma região de bastidores seja, por sua vez, mais frequente entre os *withs* que atendem o telemóvel. Se o utilizador está sozinho, tende a atender a chamada sem sair do mesmo local.

Uma senhora entre os 45 e os 50 anos, sozinha na esplanada, fala ao telemóvel em tom alto durante cerca de 10 minutos. Antes a utilizadora já tinha estado com a família na esplanada, mas saíram todos para a restauração, regressando pouco tempo depois apenas ela e já ao telemóvel. A senhora fugiu do palco para os bastidores numa tentativa de fugir da situação em que estava para atender/fazer a chamada. A senhora falava de forma desenvolvida das suas férias em Portugal, falava em Francês. Ali, a sua audiência era composta de estranhos, que parecia ser o pretendido pela senhora: na esplanada havia menos ruído; e aparentemente não queria ter a conversa à frente das pessoas com quem estava no palco. [Diário de campo]

Outra forma de analisar a relação com a audiência pública é comparar as situações nos dois polos do *continuum* entre reserva e abdicação da privacidade. Contra a ideia de que se tornou generalizada a exposição da vida privada através da conversação telefónica em público, a nossa observação registou situações bastante mais numerosas em que os atores põem em prática mecanismos de bastidores, a começar por um volume de voz que torna as falas impercetíveis para a audiência. Neste âmbito, um outro dado interessante é que a média etária de quem usa estas estratégias tende a ser mais baixa do que a dos utilizadores que desenvolvem conversas telefónicas em voz alta, o que também contradiz – no caso específico do espaço estudado – a hipótese de que as novas gerações tendem a perder a noção das fronteiras entre o público e o privado. Quando atentamos nos casos em que há uma adoção simultânea de vários tipos de “reserva”, vemos que a média de idades é ainda mais nova, havendo uma representação assinalável de indivíduos do sexo feminino na casa dos 20 anos.

Utilizadora entre os 20 e os 30 anos. Sozinha. Fala ao telemóvel durante 3-4 minutos num registo informal. O tema da conversação é impercetível. Fala em voz baixa e cria um espaço de bastidores, virada para baixo e colocando a mão perto da boca. [Diário de campo, 21 de Julho, 14h]

Sexo feminino, 20-25 anos. Sozinha numa mesa oval com bancos de madeira, que é das maiores da restauração. Não está a consumir. Atende uma chamada, que dura cerca de 5 minutos. Está a ouvir durante a maior parte do tempo. Quando fala é em voz baixa e com a mão frente. Às vezes vira-se para o lado (que tem uma mesa vazia). [Diário de campo, 10 de setembro, 13h]

Seguindo a concetualização goff maniana trata-se, aqui, de manter “reservas de informação”, um dos mecanismos de defesa do “território egocêntrico” em público, através do qual cada indivíduo procura controlar o que os outros podem saber de si (1979: 56). Goff man sublinhou, principalmente, o aspeto visual deste tipo de reserva em público: o direito a não ser devassado por olhares alheios – que tem na “desatenção cívica” entre desconhecidos a norma com se gere essa potencial “intrusão”. A ênfase analítica no contacto visual revela, por si só, que se trata de contextos públicos caracterizados pelo isolamento verbal, mas a proliferação das conversas telefónicas vem, por sua vez, expandir as ocasiões de intrusão sonora. Ou seja, a questão da privacidade coloca-se, nestes casos, em dois sentidos: quem disserta indiscretamente sobre a vida pessoal abdica de uma certa reserva de informação perante a audiência de desconhecidos; quem está no raio de audição sofre, no seu território de privacidade em público, a intromissão de temas pessoais que lhe são alheios.

Mas podemos perguntar-nos se não estamos a lidar com um preconceito tecnofóbico. No contexto de uma pequena cidade, a restauração de um centro comercial – tal como um transporte público ou uma sala de espera –, não é um lugar onde vulgarmente deparamos com conversas face a face sobre vidas pessoais sufi cientemente perto de nós para que nos seja inevitável ouvi-las? O cerne da questão será o uso do telemóvel ou o facto de haver uma ocupação dos espaços públicos por conteúdos comunicativos de índole pessoal?

Não sabemos quais os temas dos diálogos em grupos presenciais num espaço como aquele. Durante a nossa estada no *shopping* é possível que em algumas mesas se falasse do serviço no hospital da Covilhã, do preço do petróleo ou dos atentados terroristas na Europa. Mas é um facto que as nossas observações não registaram uma única conversa telefónica que abordasse um assunto coletivo. Em contrapartida, anotámos, por exemplo, o caso de um casal a programar um jantar de grupo e a telefonar a um amigo para combinar a compra de ingredientes.

Este é um ponto onde a questão da reserva/intrusão da privacidade se articula com a da (falta de) sociabilidade em público, apontada por Sennett como efeito da personalização generalizada dos atores sociais. Um tema coletivo torna mais permeável o isolamento verbal entre desconhecidos num espaço público? Se duas pessoas ao nosso lado dialogarem sobre o funcionamento do hospital local, sentimo-nos interpelados como cidadãos e somos capazes de quebrar o isolamento dirigindo-lhes também comentários sobre o assunto? Em alguns casos, talvez. É possível esbater-se aí a fronteira entre o

“encontro” dos dois indivíduos e o “contexto” da audiência próxima, criando-se uma nova situação comum, legitimada pelo facto de todos assumirem o papel de pessoas públicas. Mas se alguém o fi zer ao telemóvel, a duplicidade da situação comunicativa entre encontro e contexto é tão clara que não é possível entrar na interação, e uma interpelação após a chamada seria recebida como intrusão de alguém exterior que era suposto manter-se civicamente desatento.

É curioso notar, aliás, como o termo “cívico”, na abordagem goff maniana, toma o sentido exatamente oposto àquele que assume nas teorias da esfera pública, e isso não deixa de ser, em si mesmo, um indicador de quanto a norma da sociabilidade em espaços públicos se fi xou como o contrário de sociabilidade pública, como isolamento e silêncio. Na nossa leitura, o uso conversacional do telemóvel em espaços como o que observámos tende a contribuir para algumas alterações nas práticas de privacidade em público, mas não a favor de um incremento da sociabilidade pública e sim inserindo-se num movimento que expande a exposição do privado e que reforça o isolamento entre “territórios egocêntricos”. O lugar público como espaço aberto a eventuais trocas comunicativas entre desconhecidos de forma não pessoalizada parece ter na utilização de dispositivos de comunicação pessoal mais um mecanismo de dissuasão da quebra de isolamento entre desconhecidos e portanto de travagem à sociabilidade entre atores públicos.

No que respeita ao manuseamento de smartphones, constata-se igualmente que a área da restauração e a esplanada do *shopping* são o “palco” onde os seus utilizadores se abstraem do que é físico e material e se concentram no virtual, quer seja a navegar na internet, quer seja a trocar sms’s com alguém das suas relações próximas (isto nem sempre é fácil de constatar, mas em alguns casos foi possível). Assim, o manuseamento parece surgir em circunstâncias que se podem tipifi car em três grandes grupos: os atores que em situação de *single* recorrem ao dispositivo móvel seja para erigir um espaço de privacidade, seja para estabelecer contacto com alguém; grupos de 2 a 3 elementos em que todos ou quase fazem um manuseamento intenso de dispositivos móveis (nestas situações a comunicação verbal e corporal é escassa e faz-se recorrendo a uma linguagem predominantemente monossilábica e lacónica, sendo nestas circunstâncias os conteúdos consultados, essencialmente, de carácter recreativo como jogos ou redes sociais); utilizadores em grupo de maior dimensão, onde o dispositivo móvel assume um papel relevante na interação através da partilha de algum conteúdo acessível no aparelho.

Na observação do manuseamento apercebemo-nos que é difícil saber se estão em causa assuntos pessoais, mas há uma despreocupação maior quanto à preservação da privacidade. Quando se entra na restauração pode ver-se muita gente a manusear os seus *smartphones*, seja em contexto de grupo ou sozinho, seja durante as refeições ou quando estão a interagir em co-presença. Existem períodos mais curtos e mais longos de utilização, mas são mais os casos que observámos de manuseamento por longos períodos, por exemplo toda a refeição (cerca de 20 minutos). Estes equipamentos invadiram claramente este espaço público, pois quem não os está a usar, também não tem necessidade de os esconder e têm-nos em cima da mesa.

Utilizador do sexo masculino na casa dos 25-30 anos, está sozinho na restauração a almoçar. Durante a refeição olha e escreve no seu smartphone, vai sorrindo como se estivesse a falar com alguém. Às vezes pára de comer e recosta-se na cadeira a escrever no telemóvel. É muito expressivo, vai fazendo caretas engraçadas. Raras vezes olha à sua volta. Esteve a usar o aparelho praticamente durante toda a refeição, cerca de 20 minutos. [Diário de campo, 2 de Setembro, 12h19]

Um uso do dispositivo móvel que passe fundamentalmente pelo manuseamento em contexto de espaço público constitui, muitas vezes, uma importante estratégia de demarcar um espaço e um tempo pessoais, talvez um estado privado de comunicação, observando-se uma forte tendência deste tipo de uso nos grupos etários entre os 15 -35 anos. O uso mais convencional, envolvendo chamadas telefónicas, parece concentrar-se nos grupos mais “velhos”. O facto é que o manuseamento acontece maioritariamente em contexto *single* ou em grupos bastante restritos, de 2 ou 3 elementos. Há também casos de grupos mais vastos, ainda que raros, com manuseamento no seu seio.

Mas existe partilha de conteúdos entre os copresentes?

Por norma, o que se observa é uma atividade iminentemente solitária, mas que apresenta nuances. Em grupos de dois ou três elementos raramente observámos partilha. Em grupos mais vastos, o manuseamento assume, pontualmente, a centralidade, no sentido em que torna a interação mais fluida. É relevante, pois, notar a tendência para grupos pequenos, bem como os *singles*, estarem associados ao uso de dispositivos móveis para comunicação via mensagens de texto ou chats, ao passo que grupos maiores se associam ao acesso as redes sociais.

O uso dos dispositivos móveis surge, assim, integrado nas atividades que os *withs*, no interior do seu círculo, desempenham neste espaço público, podendo fazer parte das

performances e das interações do grupo. O uso do *smartphone* em particular – também ao nível do manuseamento –, não parece, usualmente, atrapalhar os momentos de lazer, dado haver um consentimento generalizado e ser uma prática comum à maioria. Lembramos o exemplo de uma família observada: pai, mãe e dois filhos que jantavam no *shopping*; um dos filhos ia falando com o irmão e manejando o seu *smartphone*; a mãe atendeu uma chamada e passou-a ao pai. O uso de dispositivos por aquela família fazia-se com grande naturalidade, como parte da dinâmica familiar. Usarem os aparelhos não os impedia de falarem entre si, nem criava um ambiente hostil.

Isso não significa que não haja casos com situações constrangedoras. Assistimos a várias situações desconfortáveis em casais, em que um dos cônjuges usava o telemóvel por largos períodos, deixando o outro carente de atenção e a deixar transparecer o seu incómodo. Noutros casos, os dois membros do casal utilizavam ininterruptamente o *smartphone* sem nunca se olharem ou conversarem. Aqui a estranheza pode até emergir mais facilmente em quem assiste – a audiência pública –, que pode ser levado a reparar em relacionamentos pessoais cujos membros são capazes de estar longos períodos frente a frente sem proferirem uma única palavra. Mas as pessoas observadas pareciam estar bem com a situação. Neste sentido, somos levados a alinhar com estudos como o de Lee Humphreys (2005) acerca do papel disruptor do telemóvel, no que concerne à normatividade vigente nos contextos de interação em espaços públicos.

Todavia, o telemóvel também pode funcionar como um sinal com o qual se reivindica os limites da ação alheia (Goffman, 1979), constituindo assim mais um elemento defensivo face às possibilidades de interação em espaços públicos. Ou seja, pode constituir-se como um “porto de abrigo” para os *singles*, dando-lhes alguma proteção ao longo do seu desempenho, perante as possíveis intromissões da audiência, funcionando como garantia da privacidade em público, na sua versão de isolamento dos demais e de fechamento à sociabilidade eventual.

Portanto, há diferentes formas de vivenciar o espaço público com a participação dos dispositivos móveis, o que evidencia uma certa liberdade quanto ao espaço em si, uma liberdade que permite que cada um o experiencie à sua maneira. Segundo Certeau (1990), o que realmente conta é a experiência e vivência do espaço, na medida em que é dela que emerge uma permanente invenção do quotidiano. Ir ao centro comercial na Covilhã é, para alguns residentes na cidade, uma prática quotidiana, sendo que cada um faz a sua apropriação do espaço. A nossa observação sugere, porém, uma tendência: o uso de dispositivos móveis naquele contexto interfere nas práticas de privacidade, mas não o faz

a favor de um incremento da sociabilidade pública do lugar; num aparente paradoxo, parece, sim, reforçar em simultâneo a exposição do privado e o isolamento entre indivíduos e ‘células’ sociais.

Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah (2001) [1958]. *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Carvalho, J. R. (2008). Que margens tem o urbano? Modos de olhar e de interagir entre a cidade e as serras. In D. Vaz (Org.). *Cidade e Território. Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*. Oeiras: Celta Editora (pp.47-64).
- Certeau, Michel (1990). *L’invention du quotidien: 1. arts de faire*. Paris: Gallimard.
- Chadwick, A. (2013). *The Hybrid Media Systems: politics and power*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Goffman, E. (1993) [1959]. *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Goffman, E. (1966). *Behavior in Public Places*. Nova Iorque: Free Press.
- Goffman, E. (1979) [1971]. *Relaciones en Público*. Madrid: Alianza Editorial.
- Habermas, J. (2012) [1962]. *A transformação estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Humphreys, L. (2005). Cellphones in public: social interactions in a wireless era. *New Media & Society*, Vol. 7 (6), pp. 810-833.
- Lasen, A. (2005). Mobiles in public spaces. Disponível em: http://eprints.ucm.es/6477/1/WFS4_UnderstandingMobilePhoneUsersAndUsage.pdf
- Ling, R. (2008). *New Tech, New Ties: how mobile communication is reshaping social cohesion*. Cambridge: MIT.
- Manovich, L. (2002). “The Poetics of Augmented Space”, (consultado em janeiro de 2015: http://manovich.net/content/04-projects/033-the-poetics-of-augmented-space/31_article_2002.pdf).
- Meyrowitz, J. (1986). *No Sense of Place: the impact of electronic media in social behavior*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Plant, (2001). On the mobile: The effects of mobile telephones on social and individual life. http://www.momentarium.org/experiments/7a10me/sadie_plant.pdf
- Sennett, R. (1992). *The Fall of Public Man*. New York: W. W. Norton.
- Schutz, Alfred. (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Weintraub, J. e Kumar, K. (1997). *Public and Private in Thought and Practice*. Chicago: University of Chicago Press.